vinetur

Administração Trump planeia retirar Ruanda e África do Sul do AGOA

Responsáveis apontaram barreiras comerciais, problemas de governação e preocupações de segurança, colocando em risco o acesso preferencial ao mercado dos EUA a partir de 1 de janeiro de 2027

terça-feira, 3 de novembro de 2026



A administração Trump afirmou na segunda-feira, 2 de novembro, que planeia retirar Ruanda e África do Sul do programa de preferências comerciais African Growth and Opportunity Act (AGOA), uma medida que entraria em vigor a 1 de janeiro de 2027, caso seja concretizada nos termos anunciados.

Num comunicado, o Representante Comercial dos EUA, Jamieson Greer, afirmou que o presidente Trump notificou o Congresso e os governos dos dois países da sua intenção de pôr termo à sua elegibilidade para o AGOA. A administração declarou que a decisão resultou da revisão interagências anual dos países da África subsaariana abrangidos pelo programa.

Greer afirmou que a revisão concluiu que Ruanda e África do Sul adotam práticas que não cumprem os critérios de elegibilidade do AGOA. Segundo ele, as preocupações incluem barreiras que prejudicam o comércio e o investimento norte-americanos, bem como práticas que, na opinião da administração, ameaçam os interesses dos EUA em matéria de segurança nacional e política externa na região.

A administração apresentou preocupações distintas em relação a cada país. No caso de Ruanda, afirmou estar profundamente preocupada com as barreiras ao comércio e ao investimento, o Estado de direito, o pluralismo político, os direitos laborais reconhecidos internacionalmente, os direitos humanos e as ameaças aos interesses dos EUA em matéria de segurança nacional e política externa. Quanto à África do Sul, afirmou que as preocupações se centram nas barreiras ao comércio e ao investimento norte-americanos, na corrupção e nas ameaças aos interesses dos EUA em matéria de segurança nacional e política externa.

O AGOA é um programa de preferências comerciais de longa data dos EUA destinado a países elegíveis da África subsaariana. Os seus benefícios podem reduzir o custo de venda de determinados produtos nos Estados Unidos. A perda desse estatuto pode tornar as exportações menos competitivas se os produtos que antes entravam ao abrigo de condições preferenciais passarem a estar sujeitos a direitos aduaneiros normais ou a outros custos comerciais adicionais.

Este risco é particularmente importante para os exportadores sul-africanos que dependem do mercado dos EUA, incluindo o setor vitivinícola. Os vinhos sul-africanos estão presentes nos Estados Unidos há vários anos, e a perda das preferências comerciais poderá levar importadores, distribuidores e produtores a reavaliar os preços e a estratégia de mercado. Qualquer alteração do tratamento pautal a partir de 1 de janeiro de 2027 poderá aumentar os custos de entrada e tornar as garrafas sul-africanas menos competitivas face aos vinhos de países que continuem a beneficiar de menores barreiras comerciais ou de outras condições de acesso preferencial.

O comunicado dos EUA não especificou que fluxos comerciais seriam mais afetados, produto a produto, nem estimou o impacto económico da medida. Também não detalhou que ações Ruanda ou África do Sul teriam de tomar antes da data de entrada em vigor para evitar a exclusão, embora Greer tenha afirmado que a administração está a trabalhar para garantir que os parceiros africanos tomem as medidas necessárias para cumprir os critérios de elegibilidade do AGOA.

A medida planeada acrescenta uma nova fonte de incerteza às relações comerciais dos EUA com a África do Sul, uma das maiores economias da África subsaariana e uma das mais diversificadas. Surge também num momento em que o AGOA continua a ser um quadro fundamental para muitos exportadores africanos que vendem produtos transformados, produtos agrícolas e bens de consumo nos Estados Unidos.

No caso de Ruanda, o comunicado da administração alargou o foco para além da política comercial. Ao mencionar o Estado de direito, o pluralismo político, os direitos laborais e os direitos humanos, Washington assinalou que a sua avaliação da elegibilidade para o AGOA continua a ter em conta as condições de governação e políticas, juntamente com questões de acesso ao mercado. No caso da África do Sul, a formulação foi mais restrita, mas ainda assim significativa, associando a proposta de exclusão a barreiras ao comércio e ao investimento, à corrupção e a preocupações mais amplas em matéria de segurança e política externa.

Como a administração descreveu a medida como uma intenção de pôr termo à elegibilidade, e não como uma exclusão imediata, o anúncio estabelece um calendário que se prolonga até ao início de 2027. Isso dá aos exportadores, importadores e

investidores várias semanas para avaliar a sua exposição ao mercado dos EUA e planear a possibilidade de os benefícios do AGOA para Ruanda e África do Sul terminarem na passagem do ano.

O anúncio poderá ser acompanhado de perto por empresas norte-americanas que adquirem produtos aos dois países e por empresas africanas que recorreram às preferências do AGOA para conquistar quota de mercado nos Estados Unidos. Para o comércio de bebidas, a possível perda do acesso preferencial da África do Sul poderá traduzir-se num custo concreto muito antes de 1 de janeiro de 2027, uma vez que os contratos, os calendários de expedição e os preços de venda a retalho do vinho são frequentemente definidos com vários meses de antecedência.